



RELATÓRIO E CONTAS 2016

Mesa da Assembleia Geral:

Rui Manuel Meira da Cruz Almeida – Presidente
Sandrina Daniela Oliveira Martins Abreu – 1.º Secretária
Maria da Graça Sousa Pereira Pinto Moreira – 2º Secretária

Conselho Fiscal:

José Maria Gomes da Silva - Presidente
Letícia Rocha Moreira. – 1º Vogal
Raúl Sampaio Alves – 2º Vogal

Direção:

Manuel António Barbosa Gomes - Presidente
Carla Manuela Merrelho Lima Almeida – Vice-Presidente
Andreia Alexandra Gomes da Costa – Secretário
José Carlos Rodrigues Manso – Tesoureiro
André Torres Patrão - Vogal



**CENTRO SOCIAL DA JUVENTUDE DE BELINHO
INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

NIPC 501617949

Sede: Rua do Calvário, n.º 100, 4740-165 – Belinho EPS

www.csjbelinho.pt

direcao.csjb@gmail.com

CAE Principal Ver. 3:

88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e

CAE Secundário Ver.3:

88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

88101 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

OBJETO SOCIAL: O Centro Social da Juventude de Belinho tem por objetivos a valorização social e humana dos associados e da população em geral, através de ações e obras sociais, culturais, recreativas e desportivas e o seu âmbito de ação abrange mormente as freguesias de Belinho e Antas do concelho de Esposende, distrito de Braga.

Relatório e Contas 2016



Índice:

Cap. 1 - Exploração	5
RENDIMENTOS	6
Prestação de serviços	7
Subsídios à Exploração	8
Outros Rendimentos	9
GASTOS E PERDAS	9
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's)	11
Evolução das principais rubricas de F.S.E.'s	11
Gastos com o pessoal	12
Distribuição do pessoal por segmento de actividade	13
Gastos de depreciação e de amortização	13
Gastos e Perdas de financiamento	14
CAP. 2 Execução do Plano Anual de Investimentos	18
CAP. 3 - Considerações Finais	24
CAP. 4 - Demonstrações Financeiras	26
CAP. 5 - Parecer do Conselho Fiscal	433



01

Cap. 1 – Exploração



1. RENDIMENTOS

No cômputo geral, os rendimentos obtidos até 31 de dezembro 2016 ascenderam a € 439 595. Atente-se a variação homóloga registada face ao exercício de 2015 e face aos valores estimados para o período em apreço:

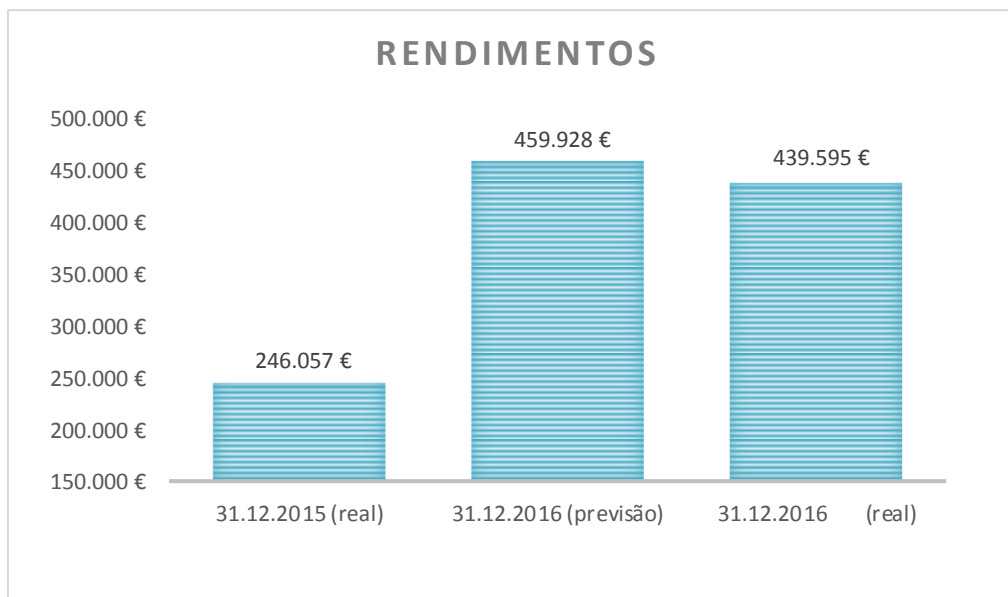


Fig. 1

1.1 Variação dos Rendimentos por naturezas:

RUBRICAS	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Prestações de Serviços	87.021 €	78.936 €	10,2%	61.034 €	42,6%
Subsídios à Exploração	178.857 €	178.030 €	0,5%	183.128 €	-2,3%
Reversões Ajustamentos	- €	45.000 €	-	- €	-100,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	173.617 €	157.963 €	9,9%	1.894 €	9065,3%
Juros, dividendos e outros rendimentos	101 €	- €	100,0%	- €	100,0%
Total	439.595 €	459.928 €	-4,4%	246.057 €	78,7%

Quadro 1

1.2 Atente-se a evolução dos Rendimentos por valência face aos principais indicadores homólogos:

VALÊNCIA	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Creche	94.927 €	94.001 €	1,0%	94.103 €	0,9%
CFAM	46.318 €	40.731 €	13,7%	61.246 €	-24,4%
CATL	94.707 €	87.241 €	8,6%	64.869 €	46,0%
Centro de Dia	29.926 €	24.492 €	22,2%	25.839 €	15,8%
Outros	173.617 €	213.463 €	-18,7%	- €	100,0%
Total	439.495 €	459.928 €	-4,4%	246.057 €	78,6%

Quadro 2

1.3 Prestação de serviços

Como se pode extrair do quadro 1, a prestação de serviços ascendeu a € 87 021, representando cerca de 20% do total dos rendimentos obtidos no período. Atente-se a evolução registada nas principais valências da instituição.

VALÊNCIA	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Creche	13.663 €	15.417 €	-11,4%	13.552 €	0,8%
CFAM	20.562 €	18.997 €	8,2%	16.024 €	28,3%
CATL	27.293 €	22.362 €	22,1%	18.630 €	46,5%
Centro de Dia	13.483 €	11.660 €	15,6%	10.533 €	0,0%
Outros...	12.020 €	10.500 €	14,5%	2.295 €	423,8%
Total	87.021 €	78.936 €	10,2%	61.034 €	42,6%

Quadro 3

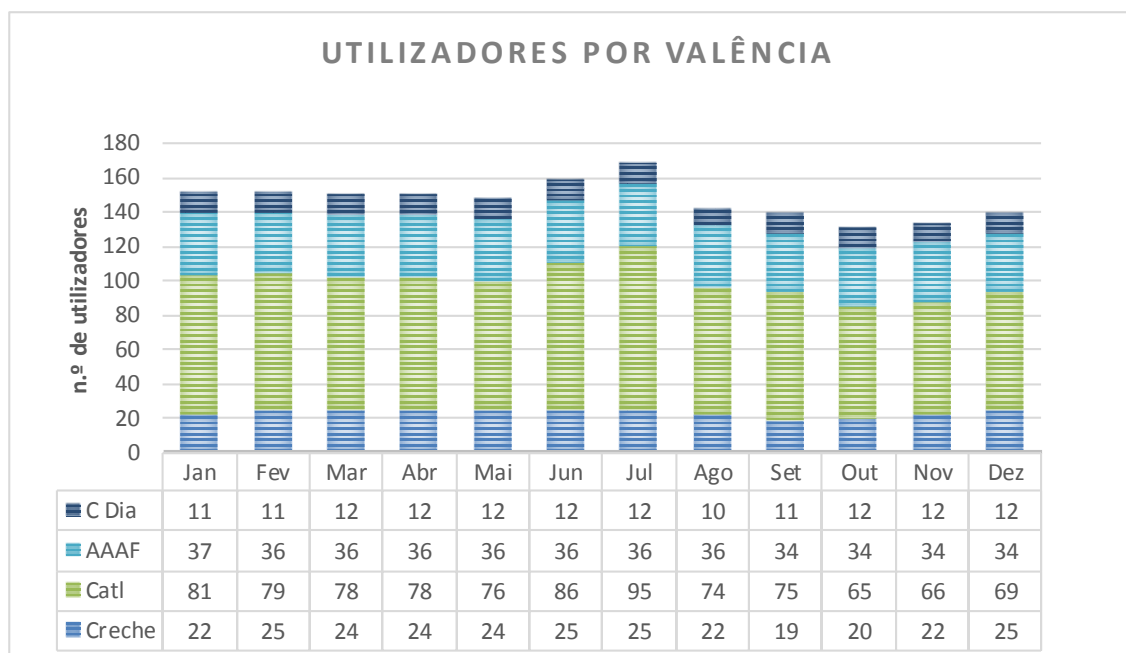
Como se extrai do quadro supra, os serviços prestados assinalaram um crescimento de 42.6% face a 2015. Este valor, apesar de relevante, poderia ainda ter sido mais proeminente, não fosse a aposta do CSJB no apoio à natalidade através a oferta de um voucher de 200 euros por cada criança admitida na valência creche. Durante o ano de 2015 foram entregues 12 ofertas, o que equivaleu a € 2 400 de apoio/incentivo à natalidade.

Apesar da atribuição deste incentivo, a prestação de serviços na valência creche registou um incremento de 0.8% face a 2015.



Face aos valores inscritos no mapa de gestão previsional, a prestação de serviços assinalou globalmente um desvio positivo de 10.2% face aos valores inscritos nos mapas de gestão previsional (orçamento).

Atente-se a evolução do n.º de utilizadores por valência ao longo de 2015.



Subsídios à Exploração

Os subsídios à exploração ascenderam a € 178 857. Neste montante estão englobados os valores dos acordos de coparticipação com a Segurança Social, os subsídios do Município de Esposende para apoio das componentes de refeição e socioeducativa e ainda subsídios de outras entidades, onde se incluem os subsídios do IEFP relativos às medidas de apoio ao emprego.

VALÊNCIA	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Segurança Social	127.170 €	134.563 €	-5,5%	129.107 €	-1,5%
Creche	72.501 €	78.585 €	-7,7%	73.129 €	-0,9%
CFAM	0 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
CATL	41.657 €	43.146 €	-3,5%	43.146 €	-3,5%
Centro de Dia	13.012 €	12.832 €	1,4%	12.832 €	1,4%
Fundo de socorro	0 €	0 €	0%	0 €	0,0%
Município de Esposende	39.319 €	43.467 €	-9.5%	43.467 €	-9.5%
Almoços	16.442 €	15.674 €	4,9%	15.674 €	4,9%
Componente educativa	22.876 €	27.793 €	-17,7%	27.792 €	-17,7%
Géneros Alimentares	126 €	0 €	0,0%	1.117 €	100,0%
Subsídios de Outras entidades	12.243 €	0 €	100,0%	9.437 €	100,0%
Total	178.857 €	178.030 €	0,5%	183.128 €	-2,3%

Quadro 4

O desvio assinalado na rubrica de Subsídios à Exploração, face a 2015, na ordem de 2.3%, derivou sobretudo da redução dos subsídios do Município de Esposende, respeitantes às componentes de refeição e socioeducativa (-9.5%). Os subsídios da Segurança Social também recuaram 1.5% face ao período homólogo do ano anterior.

Relativamente aos subsídios da segurança social, o hiato de 5.5% face aos valores estimados derivou da não atribuição, por parte daquele organismo, das comparticipações referentes ao aumento do n.º de idosos do *Centro de Dia* e também ao não pagamento da componente de alargamento do horário na valência creche, por falta de cabimento orçamental. Computadas estas duas atribuições, o CSJB deixou de receber, tendo direito a isso, a uma verba de € 7902.97 euros durante o ano de 2016, tendo assumido toda a despesa adicional daí resultante, em favor dos seus utilizadores.

1.4 Outros Rendimentos

O valor contabilizado nesta rubrica ascendeu a € 173 617, representando cerca de 39.5% do total dos rendimentos obtidos do período. Face a 2015, esta rubrica registou um aumento de %. Já face às previsões, o hiato foi de 86.7% (€ 12 359)

Rubrica	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Ganhos Investimentos não financeiros	156.463 €	0 €	100.0%	0 €	100.0%
Subsídios para investimentos	0 €	0 €	100.0%	0 €	100.0%
Outros ...	17.154 €	1.500 €	1043,6%	1.894 €	805,7%
Total	173.617 €	1.500 €	11474,4%	1.894 €	9066,7%

Quadro 5

2. GASTOS E PERDAS

Os Gastos realizados no período ascenderam a € 259 884, posicionando-se face aos indicadores homólogos conforme se demonstra graficamente:

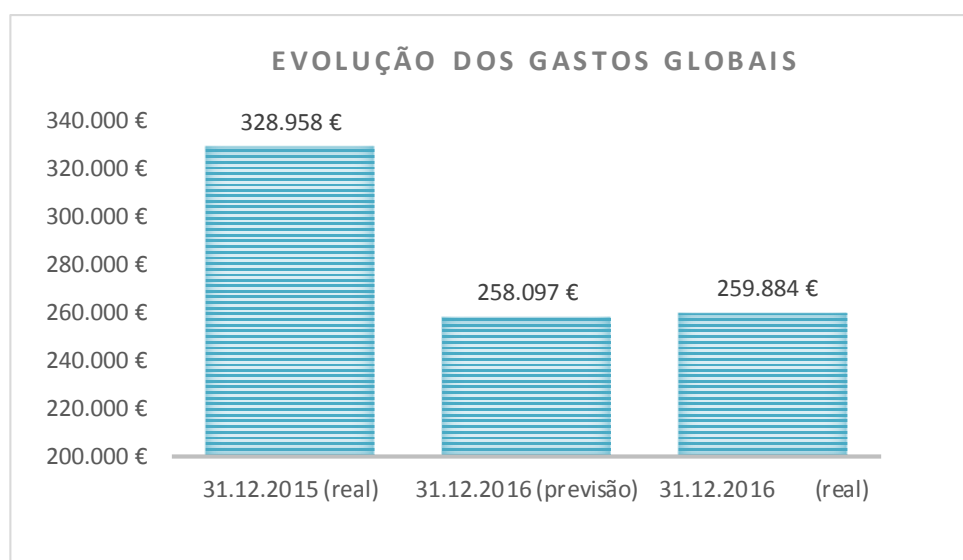


Fig. 2



Atente-se a evolução dos Gastos por Naturezas:

Gastos e Perdas	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
CMVMC	28.361 €	21.650 €	31,0%	31.465 €	-9,9%
Fornecimentos e Serviços externos	46.592 €	42.608 €	9,4%	55.406 €	-15,9%
Gastos com o Pessoal	181.187 €	173.642 €	4,3%	175.733 €	3,1%
Gastos de amortização e depreciação	2.759 €	12.696 €	-78,3%	2.229 €	0,0%
Provisões do período	984 €	0 €	100,0%	45.000 €	100,0%
Outros gastos e perdas	0 €	0 €	-	2.995 €	-100,0%
Gastos e perdas de financiamento	0 €	7.500 €	-100,0%	16.130 €	-100,0%
Total	259.884 €	258.097 €	0,7%	328.958 €	-21,0%

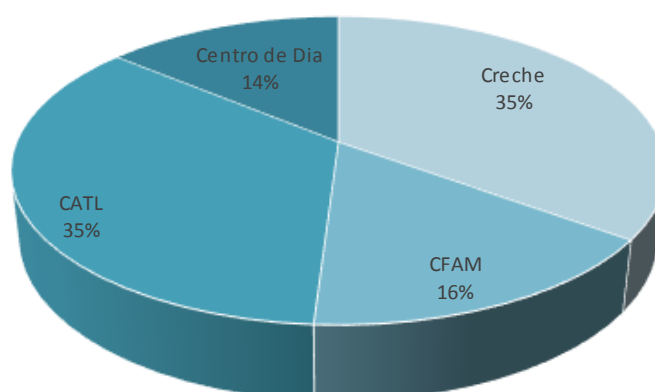
Quadro 6

Evolução dos Gastos (exceto financeiros) por valência:

Valência	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Creche	90.959 €	87.709 €	3,7%	115.434 €	-21,2%
CFAM	41.581 €	40.095 €	3,7%	58.186 €	-28,5%
CATL	90.959 €	87.709 €	3,7%	89.156 €	2,0%
Centro de Dia	36.384 €	35.084 €	3,7%	50.053 €	-27,3%
Outros...	0 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	259.884 €	250.597 €	3,7%	312.829 €	-16,9%

Quadro 7

GASTOS OPERACIONAIS POR VALÊNCIA



2.1 Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's)

Os fornecimentos e serviço externos ascenderam a € 46 592, representando cerca de 18% do total de gastos do período.
Atente-se a sua origem por segmento de atividade:

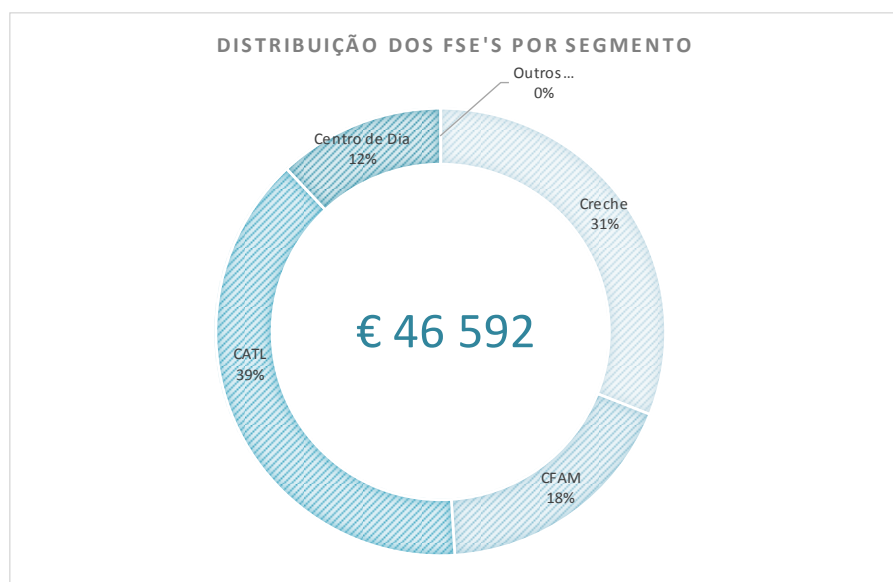


Fig.3

2.1.1 Evolução das principais rubricas de F.S.E.'s:

Fornecimentos e serviços externos	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	8.632 €	12.252 €	-29,5%	15.291 €	-43,5%
Publicidade	144 €	0 €	-	74 €	95,1%
Trabalhos especializados	-1.607 €	2.952 €	-154,4%	9.857 €	-116,3%
Honorários	4.326 €	6.800 €	100,0%	600 €	100,0%
Conservação e reparação ¹	4.711 €	1.400 €	236,5%	3.269 €	44,1%
Outros	1.057 €	1.100 €	100,0%	1.492 €	-29,1%
ENERGIA E FLUÍDOS:	17.116 €	16.999 €	100,0%	20.687 €	-17,3%
Electricidade	6.275 €	5.904 €	6,3%	5.934 €	5,8%
Combustíveis	8.535 €	9.007 €	-5,2%	9.583 €	-10,9%
Água	2.305 €	2.089 €	10,4%	5.171 €	-55,4%
MATERIAIS:	7.676 €	4.575 €		10.046 €	
Ferramentas e Utensílios desgaste rápido	3.373 €	2.489 €	35,5%	2.510 €	34,4%
Material de Escritório	815 €	1.159 €	-29,7%	1.067 €	-23,6%
Conservação e reparação (materiais)		390 €	-100,0%	3.268 €	-100,0%
Outros ...	3.487 €	537 €	550,0%	3.201 €	8,9%
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	1.057 €	0 €		0 €	
Deslocações e Estadas, outros	1.057 €	0 €	-	0 €	-
FORN. E SERVIÇOS DIVERSOS:	12.112 €	8.782 €		9.382 €	
Comunicação	1.442 €	1.599 €	-9,8%	2.610 €	-44,7%
Seguros	414 €	1.350 €	-69,3%	538 €	-23,1%
Limpeza, Higiene e Conforto	6.280 €	4.053 €	55,0%	3.904 €	60,9%
Outros...	3.975 €	1.781 €	123,2%	2.330 €	70,6%
Total	46.592 €	42.608 €	9,4%	55.406 €	-15,9%

Quadro 8

2.2 Gastos com o Pessoal

Os Gastos com o Pessoal totalizaram € 181 187. Neste montante estão englobadas as remunerações, os encargos sobre as remunerações, proporcionais de férias, subsídios de férias e natal, seguros e outras despesas com a estrutura de recursos humanos ao serviço da entidade. Estão ainda englobados nos gastos com o pessoal o valor de duas bolsas de estágio relativas à medida Estágio/Emprego e dois Contratos Emprego Inserção (CEI) que, não obstante terem sido objeto de comparticipação pelo IEFP, não deixam de onerar estes gastos pela sua globalidade.

Em 31 de dezembro de 2016 esta estrutura era composta por 13 trabalhadores efetivos e 1 em regime de estágio profissional.

Função	Quantidade
Diretora Técnica	1
Educadora de infância	1
Escriturária 1ª	1
Educadora Social	1
Auxiliar de ação educativa	6
Cozinheira	2
Motorista	1
Educadora social (estágio)	1

Atente-se a estrutura dos Gastos com o pessoal:

ESTRUTURA DOS GASTOS COM O PESSOAL

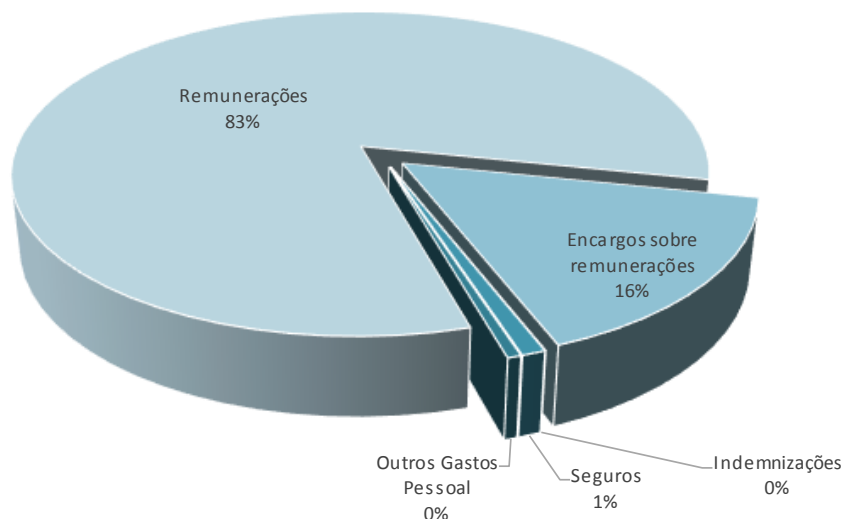


Fig.4



Distribuição do pessoal por segmento de atividade:

Segmento	Efetivo	Contratado/Estágio
Creche	4	1
CFAM	2	-
CATL	2	-
CENTRO DE DIA	2	-
SERVIÇOS GERAIS	3	-
Total	13	1

Quadro 9

Distribuição dos Gastos com o pessoal por segmento de atividade

Custos com o Pessoal	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Creche	63.416 €	66.361 €	-4,4%	81.108 €	-21,8%
CFAM	38.049 €	39.079 €	-2,6%	33.795 €	12,6%
CATL	52.544 €	39.079 €	34,5%	33.795 €	55,5%
Centro de Dia	27.178 €	29.122 €	-6,7%	27.036 €	0,5%
Total	181.187 €	173.642 €	4,3%	175.733 €	3,1%

Quadro 10

Os gastos com o pessoal registaram um agravamento de 3.1% face ao período homólogo de 2015 e um hiato negativo de 4.3% face aos valores inscritos nos mapas de gestão previsional.

Este aumento dos gastos com o pessoal ficou a dever-se ao acolhimento de dois estágios, no âmbito da medida Estágios emprego, e dois Contratos Emprego Inserção, que apesar de terem uma comparticipação de 80% do IEFP, não deixam de onerar esta rubrica.

Formação Profissional

Durante o ano de 2016 a instituição investiu € 962.50 em formação profissional.

AÇÃO	N.º Horas	Participantes	Volume de Formação
Animação para a 3ª idade	25	11	275
Construção e Avaliação do Plano Individual Infantil	8	4	32
Envelhecimento Ativo: Desafios e Estratégias para as Instituições	2.5	1	2.5
Legislação laboral	6	1	6
TOTAL			315.5

2.3 Gastos de depreciação e de amortização

Os gastos de depreciação e amortização dos bens do ativo com benefícios económicos futuros, ascenderam, conforme se pode extrair do quadro seguinte, a € 2 759. Atente-se a sua distribuição por rubrica:



VALÊNCIAS	31.12.2016 (real)	31.12.2016 (previsão)	Var % face previsão	31.12.2015 (real)	Var% face 2015
Edifícios e outras construções	612 €	9.996 €	-93,9%	311 €	96,6%
Equipamento básico	265 €	1.200 €	-77,9%	90 €	194,8%
Equipamento de transporte	1.738 €	1.500 €	15,8%	1.738 €	0,0%
Equipamento administrativo	144 €	0 €	100,0%	90 €	0,0%
Total	2.759 €	12.696 €	-78,3%	2.229 €	23,8%

Quadro 11

O desvio registado na rubrica amortizações, face aos valores estimados, derivou do facto de a recompra do edifício sede não ter tido lugar durante o ano de 2016, conforme havia sido previsto, por não ter sido deferido, em tempo útil, o pedido de isenção de IMT, na esfera de decisão do Ministério das finanças.

2.4 – Gastos e Perdas de Financiamento

Durante o ano de 2016, o CSJB não suportou quaisquer encargos financeiros, uma vez que o empréstimo para a recompra do edifício também foi adiada para o momento da transação do imóvel. Todo o valor entregue ao Crédito Agrícola, no valor de 1500 euros/mensais será descontado na íntegra ao capital em dívida.

3 – Análise dos resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)

Os resultados operacionais, reportados a 31.12.2016, ascenderam a **€ 179 610,96**.

Atente-se a sua origem por valência:



Fig.5

A influenciar positivamente os resultados operacionais, está o valor da alienação do Campo de Jogos, pela quantia de € 250.000, contabilizado na rubrica *Outros Rendimentos e Ganhos*, pelo valor de € 156 466.20, após os movimentos de ajustamento contabilísticos.

Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2016.

Data	Atividade	Participantes
Janeiro		
8, 15 e 19 de janeiro	Ensaio no CSJB das Janeiras e apresentação pelas ruas em 2 tardes.	Alguns idosos do Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
		Creche
		Atelier Estud'AQUI (2º e 3º ciclos)
22 e 29 de janeiro	Ensaio no CSJB e Participação no IV Encontro inter geracional de Janeiras no CICS em Palmeira de Faro	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
Fevereiro		
1 de fevereiro	Palestra no âmbito do projeto CSJ Bem-Estar. Tema: Massagem Sueca	Encarregados de Educação
		Comunidade
4 de fevereiro	Primeiro Ensaio do Coro Sénior de Esposende	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
5 de fevereiro	Desfile de Carnaval em Esposende	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
		Creche
14 de fevereiro	Comemoração do Dia de S. Valentim no CSJB	Todas as Valências
	Baile de Carnaval no CSJB	Comunidade
19 de fevereiro	Workshop no CSJB dinamizado pela Cruz Vermelha Portuguesa: a importância da recolha das tampinhas	AAAF
		Creche
22 de fevereiro	Início do trabalho em Parceria com a Esposende Solidário (Projeto AGIRE)	Comunidade
24 de fevereiro	Aula aberta de Afro-Dance	Comunidade
Fevereiro	Apoio no transporte das crianças da escola nas visitas ao Centro de Educação Ambiental nas Marinhas	Escola de Belinho
Março		
Março	Apoio no transporte das crianças da escola nas visitas ao Museu da olaria em Barcelos	Escola de Belinho
7 de março	Apresentação do prato aos júris no âmbito do concurso Março com Sabores do Mar	
8 de março	Dia da Mulher - Realização de uma flor para oferecer às mulheres que passam pelo CSJB	Encarregadas de Educação
9 de março	Participação numa ação de sensibilização na Junta de Freguesia sobre Alimentação	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
19 de março	Dia do Pai - realização de uma lembrança alusiva à data	Todas as Valências
21 de março a 1 de abril	Férias da Páscoa 2016	CATL
		AAAF
22 de março	Participação na atividade: Via Sacra no Centro Social de Curvos	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
31 de março	Participação no Encontro de ZUMBA KIDS	CATL
Abril		
1 de abril	Torneio de Boccia na ASCRA - Apúlia	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
6 de abril	Workshop no CSJB dinamizado pela Engenheira Alimentar Joana Miranda sobre Alimentação Saudável	Encarregados de Educação das crianças da Creche
18 de abril	Participação na Atividade: o Chá das 5 no Centro João Paulo II na Apúlia	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
27 de abril	Participação numa atividade no Centro de Educação Ambiental	Centro de Dia
Maio		
1 de maio	Festa Dia da Mãe	Comunidade
	Realização de uma lembrança para oferecer à mãe	Todas as Valências
3 de maio	Dia do Sol no CSJB. Recebemos outras instituições do Concelho	Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia



		Cerca de 6 Instituições do Concelho com valências para 3ª idade
6 de maio	Participação em atividade no Centro Comunitário de Vila Chã	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
9 de maio	Início estágio curricular na Creche	Sara
15 de maio	Concerto Coro Sénior na Igreja Paroquial de Apúlia	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
16 de maio	Início estágio curricular no Centro de Dia	Geraldo
17 de maio	Workshop no CSJB dinamizado pela Enfermeira Leonor sobre Alimentação Saudável	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
18 de maio	Participação numa ação de sensibilização na Junta de Freguesia sobre Burlas	Centro de Dia
	Participação na Atividade V Tarde de Jogos Tradicionais nas Marinhas (JUM)	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
20 de maio	Participação na Atividade Torneio de Sueca na ASCRA - Apúlia	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
25 de maio	Ida à Biblioteca para realização de atividade	Creche
30 de maio	Participação na atividade Coração Humano no Parque Radical de Esposende	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
31 de maio	Participação no Workshop Karaté para idosos no âmbito no Projeto AGIRE. Pavilhão Gimnodesportivo de Mar	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
Maio	Ensaios para Participação nas Marchas Populares na Malafaia	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
Junho		
3 de junho	Participação na atividade Patinagem Artística em Fão	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
8 de junho	Participação na Caminhada em Fão	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
	Workshop no CSJB dinamizado pela Enfermeira Leonor sobre Doenças mais comuns entre os 4 meses e os 3 anos	Encarregados de Educação das crianças da Creche
13 de junho	Início Férias de Verão	AAAF CATL
14 de junho	Rastreio Auditivo na Junta de Freguesia	Centro de Dia
17 de junho	Santos Populares na Malafaia	junta de Freguesia
		Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia
	Baile de Finalistas no CSJB	Creche AAAF CATL Encarregados de Educação
Junho	Servimos almoços ao grupo de crianças da Esposende 2000 e ao Espaço Jovem durante as férias de Verão	
Julho		
12 de julho	Palestra sobre o AVC no CSJB	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
15 de julho	Torneio de Malha no Castro S. Lourenço em Vila Chã	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
20 de julho	Dia da Amizade no CSJB. Recebemos outras instituições do Concelho	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
26 de julho	Participação no Dia dos Avós no Largo de S. Roque em Forjães dinamizado pelo Lar Santo António	Recebemos cerca de 5 Instituições do Concelho Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
27 de julho	Visita ao Parque Aquático de Amarante no âmbito das férias de verão	CATL AAAF
Agosto		
10 de agosto	Passeio a Barroelas	Centro de Dia

Setembro		
26 de setembro	Início estágio curricular Centro de Dia	Alexandra
Outubro		
1 e 2 de outubro	Participação no Festival Sénior com concerto do Coro Sénior e Mostra Social em Esposende	
4 de outubro	Representação Peça de Teatro no Auditório em Esposende	Grupo de idosos da Freguesia
6 de outubro	Ida ao Parque de Esposende	Creche
18 de outubro	Visita à Biblioteca de Esposende	Creche
21 de outubro	Participação na Atividade Retratos de Poesia em Fonte Boa	Centro de Dia Grupo de idosos da Freguesia
31 de outubro	Comemoração do Halloween: lanche com os Encarregados de Educação; Decoração do espaço; registos fotográficos das crianças fantasiadas	Todas as valências
Novembro		
9 de novembro	Participação no Magusto no PACHA	Centro de Dia
14 de novembro	Magusto no CSJB	Todas as Valências Grupo de idosos da Freguesia
24 de novembro	Cinema no auditório	AAAF
Dezembro		
9 de dezembro	Representação Peça de Teatro no Auditório em Esposende	Grupo de idosos da Freguesia
10 de dezembro	Jantar Solidário de Natal	Comunidade
18 de dezembro	Festa de Natal no Salão Paroquial	Comunidade
23 e 29 de dezembro	Visita ao Presépio de Priscos	CATL
		AAAF
		Centro de Dia
		Grupo de idosos da Freguesia

Durante o ano 2016, proporcionamos às crianças que se inscreveram numa das valências AAAF ou CATL, o acesso a uma modalidade desportiva ou recreativa a título gratuito.

A nossa oferta de atividades foi a seguinte:

- ✓ Piscina
- ✓ Zumba, Hip Hop
- ✓ Karaté, Yoga
- ✓ Inglês
- ✓ Música (instrumentos de guitarra, piano, bateria)

Atividade dos sócios

Durante o ano de 2016 registou-se a adesão de 112 novos sócios, registando um incremento de mais de 300%. Foram produzidos os novos cartões de sócio do CSJB.



02

Cap. II – Execução do Plano Anual de Investimento



No ano em apreço foram investidos € 15 807 em bens do ativo imobilizado.



Fig.6

Registaram-se aumentos nas seguintes rubricas de imobilizado.

Imobilizado por naturezas	31.12.2016	% do valor realizado
ACTIVOS TANGÍVEIS	15.807 €	100,0%
Edifícios e outras construções	13.303 €	84,2%
Equipamento básico	987 €	6,2%
Equipamento de transporte	0 €	0,0%
Equipamento administrativo	1.516 €	9,6%
Outros ativos fixos tangíveis		0,0%
ACTIVOS INTANGÍVEIS	0 €	0,0%
Programas de computador	0 €	-
	15.807 €	100,0%

Quadro 12

Não tendo sido possível durante o ano de 2016 efetuar a recompra do edifício sede, pelas razões atrás aludidas, o principal investimento previsto no PPI foi protelado para 2017. Com ele foram igualmente adiados um conjunto de investimentos no edifício, que esperávamos englobar numa candidatura no âmbito da eficiência energética, cujo concurso estava previsto abrir em novembro, não tendo acontecido.

Ainda assim, foi levado a efeito um conjunto de grandes reparações no edifício com o objetivo de, por um lado travar o perecimento resultante das infiltrações pela cobertura e paredes e que ameaçavam inutilizar uma boa parte do edifício e danificar as infraestruturas elétricas, e, por outro lado, dotar o edifício de maior conforto, funcionalidade e segurança.

Ao nível dos investimentos realizados, durante o ano de 2016, destacamos:

1. Modernização da Valência creche



2. Instalação de porta automática



3. Colocação de um sistema de gestão de ponto e de acessos



4. Empreitada de construção da baixada definitiva;



Apesar de não estar refletido o seu real valor na rubrica investimento, durante o ano de 2016 foi feita uma grande aposta na remodelação da imagem institucional e nas ferramentas de comunicação do CSJB. A maior parte deste ativo intangível foi oferecido pela empresa Signed por razões meramente altruístas, sem qualquer contrapartida.





EM DESTAQUE



O Centro Social da Juventude de Belinho apoia a natalidade

O Centro Social da Juventude de Belinho apoia a natalidade. Durante o ano de 2016, os novos utilizadores podem usufruir de um desconto de 200 EUR em serviços prestados por esta instituição. Visite-nos e comprove que este é um espaço de eleição para o desenvolvimento seu educando.



Centro de Atividades de Tempos Livres

Ocupação do tempo livre das crianças e jovens de uma forma segura, significativa e fundamentada



Centro de dia

Centro de dia, é bom estar aqui!

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida no Centro Social da Juventude de Belinho



CSJB CENTRO SOCIAL JUVENTUDE DE BELINHO

CRECHE CATL CENTRO DE DIA DESPORTO INSTALAÇÕES SÓCIOS ARTIGOS

Creche

Horário:
7h00 às 19h00



Creche

Horário:
7h00 às 19h00

CATL e AAF

Horário:
7h00 às 19h00

Centro de dia

Desporto

creche csjb - é bom crescer aqui...

Esta é uma resposta social da rede social educativa, que se destina a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais/encarregados de educação.

Tem como **objetivos prioritários**:

1. Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral da criança num clima de segurança afetiva e física;
2. Colaborar com a família na partilha de cuidados e responsabilidades;
3. Colaborar no diagnóstico e encaminhamento de qualquer adaptação ou deficiência.

Nesta valência, as crianças encontram-se agrupadas em três salas, de acordo com a faixa etária:

Bergamota (todas as crianças até aos 3 anos de idade);

Sala 1 (Crianças desde o nascimento até aos 24 meses);

Sala 2 (Crianças desde os 24 meses até aos 36 meses)



CSJB CENTRO SOCIAL JUVENTUDE DE BELINHO

CRECHE CATL CENTRO DE DIA DESPORTO INSTALAÇÕES SÓCIOS ARTIGOS

Desporto



Desporto

Horário:
7h00 às 19h00

CATL e AAF

Horário:
7h00 às 19h00

Centro de dia

Desporto

O Centro Social da Juventude de Belinho promove o desporto como fator de desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens.

O Centro Social da Juventude de Belinho tem associada a Escola Belinho Fut, que faz parte do departamento da formação desportiva desta instituição. Neste momento compete no Campeonato Concelho de Futebol com equipas de traquinas, benjamins e infantis. Saiba mais [aqui](#)

Para além do futebol, a instituição promove para os seus associados as seguintes atividades desportivas:

KARATE (Dojo CSJB)

YOGA

HIP-HOP

03

CAP. 3 Considerações Finais



Prestar contas é um momento de grande importância e nobreza na a vida das organizações. A *accountability*, mais do que uma obrigação estatutária ou legal é uma obrigação moral de quem tem a responsabilidade pela condução dos destinos de uma organização.

É para nós, direção, um orgulho informar os sócios, os utilizadores, os fornecedores, trabalhadores, parceiros, amigos e demais interessados sobre o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2016, e sujeita-lo à apreciação e escrutínio dos sócios.

No início de 2016, perante circunstâncias muito difíceis traçamos um rumo, um roteiro para o desenvolvimento e para o reequilíbrio económico e financeiro da instituição. É sobre este roteiro que hoje prestamos contas. Um roteiro centrado em quatro pilares estratégicos fundamentais: Plano de racionalização de gastos; Plano de desenvolvimento e sustentabilidade; Plano de credibilização da instituição e Plano de valorização dos ativos não financeiros. Cada um destes quatro pilares reunia um conjunto de medidas e objetivos.

No final de 2016, praticamente todas as medidas tinham sido implementadas ou iniciadas. Apenas o resgate do edifício sede ainda não foi concluído pelo facto de a decisão não estar na esfera de decisão da direção ou das entidades locais. Para beneficiarmos da isenção de IMT, no valor de 26.000 euros, tivemos de fazer o pedido diretamente à Direção Geral de Finanças, uma vez que cabia ao membro do governo responsável pela pasta das finanças a sua apreciação e despacho.

Os resultados obtidos no final do ano de 2016, vêm credibilizar a estratégia adotada pela direção. Como se extrai do relatório de gestão e das demonstrações financeiras que se seguem, no final de 2016, assistimos a uma inversão do ciclo recessivo da instituição. O CSJB encerrou o ano com resultados líquidos positivos de € 179 712 que contribuíram para inverter o sinal dos fundos próprios de € -112 081 para + € 67 630, alcançando uma autonomia financeira de 41%. Este rácio é importante, nomeadamente para a elegibilidade do CSJB a alguns fundos comunitários.

Importa referir que na componente dos resultados de 2016 estão englobados € 173 617 respeitantes a duas parcelas extraordinárias, sendo a montante mais expressivo a referente à venda do Campo de Jogos no montante de 156 466.

No entanto apraz-nos registar que mesmo sem as parcelas extraordinárias, os resultados seriam positivos em cerca de €6000.00, o que é significativo para o primeiro ano de adoção da estratégia de sustentabilidade.

Refira-se que a boa performance obtida não foi alcançada com cortes na qualidade do serviço, antes pelo contrário. A instituição fez uma aposta muito significativa na melhoria e conforto das instalações, aquisição de material pedagógico, ferramentas de comunicação com os pais, aposta em novas atividades, formação, etc.

O nosso desiderato mantém-se inalterado, fazer mais com menos, racionalizar os gastos, aproveitar e potenciar cada oportunidade que nos traga valor acrescentado.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos órgãos corporativos, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral que apoiou a estratégia proposta pela direção.

Gostaríamos igualmente de manifestar o nosso apreço a todos os intervenientes na instituição, em particular, aos pais, utilizadores, instituições parceiras, amigos e fornecedores.

Principalmente, queremos expressar a nossa gratidão aos nossos colaboradores, estagiários e voluntários pelo excelente trabalho realizado e pela grande dedicação que tiveram para com a instituição ao longo deste ano, contribuindo sobremaneira para a consolidação da estratégia adotada.

Belinho, 27 de março de 2017

A Direção,



04

Cap. 4 – Demonstrações Financeiras



Demonstração dos Resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS:	PERÍODO		Var.%
		2016	2015	
Vendas e Serviços Prestados		87.020,87 €	61.034,38 €	42,6%
Subsídios, doações e legados à exploração		178.857,08 €	183.128,43 €	-2,3%
Variação nos inventários de produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		- 28.361,04 €	- 31.464,54 €	-9,9%
Fornecimentos e serviços externos		- 46.592,43 €	- 55.406,37 €	-15,9%
Gastos com o Pessoal		- 181.187,28 €	- 175.733,45 €	3,1%
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)			-45.000,00 €	-100,0%
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas/reduções)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos		173.616,72 €	1.894,28 €	9065,3%
Outros gastos		- 983,83 €	- 2.995,24 €	-67,2%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		182.370,09 €	- 64.542,51 €	-382,6%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- 2.759,13 €	- 2.228,63 €	23,8%
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €	0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		179.610,96 €	- 66.771,14 €	-369,0%
Juros e rendimentos similares obtidos		100,70 €	- €	
Juros e gastos similares suportados		- €	- 16.130,19 €	-100,0%
Resultado antes de Impostos		179.711,66 €	- 82.901,33 €	-316,8%
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €	0,0%
Resultado Líquido do período		179.711,66 €	- 82.901,33 €	-316,8%

Balanço em 31 de dezembro de 2016

Rubricas	NOTAS	2016	2015	Var%
ACTIVO NÃO CORRENTE				
Activos fixos tangíveis		21.512,95 €	102.002,41 €	-78,9%
Bens do Património Histórico e Cultural				
Propriedades de Investimento				
Activos Intangíveis				
Investimentos Financeiros		219,57 €	93,45 €	
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc/membros				
		21.732,52 €	102.095,86 €	-78,7%
ACTIVO CORRENTE				
Inventários				
Cientes		6.255,83 €	5.798,50 €	7,9%
Adiantamento a fornecedores				
Estado e outros entes públicos		3.180,06 €	1.604,93 €	100,0%
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc/membros				
Outras contas a receber		61.449,89 €	6.247,35 €	883,6%
Diferimentos		280,93 €	146,22 €	92,1%
Outros activos financeiros				
Caixa e depósitos bancários		70.341,97 €	137.093,80 €	-48,7%
Outros				
		141.508,68 €	150.890,80 €	-6,2%
TOTAL DO ACTIVO		163.241,20 €	252.986,66 €	-35,5%

Rubricas	NOTAS	2016	2015	Var.%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Fundos		1.112,78 €	1.112,78 €	0,0%
Excedentes técnicos				
Reservas		- €	- €	-100,0%
Resultados transitados		- 113.194,17 €	- 123.829,92 €	-8,6%
Ajustamentos em activos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais		- €	93.537,08 €	-100,0%
Resultado líquido do período		179.711,66 €	- 82.901,33 €	-316,8%
Total do Fundo de Capital		67.630,27 €	- 112.081,39 €	-160,3%
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos	9			
Outras contas a pagar				
Outros				
		- €	- €	
Passivo Corrente				
Fornecedores		18.411,68 €	26.925,58 €	-31,6%
Adiantamentos de clientes				
Estado e outro entes públicos		4.347,54 €	72.159,17 €	-94,0%
Accionistas/Sócios				
Fundadores/beneméritos/patroc/doadores/assoc/membros				
Financiamentos obtidos	9			
Diferimentos		4.682,73 €	2.859,80 €	63,7%
Outras contas a pagar		68.168,98 €	263.123,50 €	-74,1%
Outros passivos financeiros				
Outros				
		95.610,93 €	365.068,05 €	-73,8%
Total do Passivo		95.610,93 €	365.068,05 €	-73,8%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		163.241,20 €	252.986,66 €	-35,5%

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1. identificação da Entidade

O “Centro Social da Juventude de Belinho” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “associação” com estatutos aprovados pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com sede na Rua do Calvário, n.º 26, freguesia de belinho, concelho de Esposende. Tendo como objetivos a valorização social e humana dos associados e da população através de ações e obras sociais.

Para a realização dos seus objetivos, a instituição, possui as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- AAAF;
- ATL;
- Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2011 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento

ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6 a 12
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, e membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2002), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	93.537,08		- 93.537,08			0
Edifícios e outras construções	3.114,62	13.303,07				16.417,69
Equipamento básico	79.256,66	987,28				80.243,94
Equipamento de transporte	52.170,02					45.220,02
Equipamento administrativo	35.829,61	1.516,40				37.346,01
Outros Activos fixos tangíveis	2.069,60					2.069,60
Total	265.977,61	15.806,75	-93.537,08	0,00	0,00	188.247,26
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	311,46	612,39				923,85
Equipamento básico	78.896,65	265,31				79.161,96
Equipamento de transporte	46.957,52	1.737,50				48.695,02
Equipamento administrativo	35.739,95	143,93				35.883,88
Outros Ativos fixos tangíveis	2.069,60					2.069,60
Total	163.975,18	2.759,13	0,00	0,00	0,00	166.734,31
2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	93.537,05					93.537,08
Edifícios e outras construções	0	3.114,62				3.114,62
Equipamento básico	78.806,66	450,00				79.256,66
Equipamento de transporte	45.220,02	6.950,00				52.170,02
Equipamento administrativo	35.829,61					35.829,61
Outros Ativos fixos tangíveis	2.069,60					2.069,60
Total	255.462,97	10.514,62	0,00	0,00	0,00	265.977,61
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00	311,46				311,46
Equipamento básico	78.706,65	90,00				78.896,65
Equipamento de transporte	45.220,02	1.737,50				46.957,52
Equipamento administrativo	35.560,61	179,34				35.739,95
Outros Ativos fixos tangíveis	2.069,60	0,00				2.069,60
Total	161.656,90	2.318,30	0,00	0,00	0,00	163.975,18

A diminuição no Ativo Fixo Corpóreo foi consequência da alienação de Terreno, que tinha sido doado, através da venda à Câmara Municipal de Esposende.



6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00		0,00	0,00	0	0

Não existem empréstimos bancários contraídos, nem qualquer outro tipo de financiamento bancário.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassific. e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassific. e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	338,14	0,00	1.193,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	29.733,16	200,00	0,00	28.234,90	126,14	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	338,14	29.733,16	1.393,24	0,00	28.234,90	126,14	0,00

Descrição	2015	2016
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31.464,54	28.361,04
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades	75.000,83	58.739,40
Quotas e joias	1.506,00	0,00
Promoções para captação de recursos	9.482,10	1.837,20
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	1.031,94	457,78
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	87.020,87	61.034,38

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:



Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
ISS	127.169,61	129.106,73
Autarquia	39.318,76	43.466,84
Outras Entidades	12.368,71	10.554,86
Total	178.857,08	183.128,43
Apoios do Governo		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram 5.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 15, sendo que 2 são estagiários, ao abrigo do programa de estágios profissionais do IEFP, e 1 é trabalhador ao abrigo do programa Contrato Emprego Inserção do IEFP. E em 31/12/2015 foi de 14, sendo que 1 é estagiário, ao abrigo do programa de estágios profissionais do IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	149.877,24	139.173,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	7.365,00
Encargos sobre as Remunerações	28.673,07	28.419,07
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.674,47	776,38
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	181.187,28	175.733,45

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	6.255,83	5.798,50
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	4.459,00	4.459,00

12.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Saldos devedores fornecedores	152,29	
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outras operações		
Outros Devedores	61.297,60	6.247,35
Perdas por Imparidade		
Total	61.449,89	6.247,35

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	280,93	146,22
Total	280,93	146,22
Rendimentos a reconhecer		
Outros Rendimentos a Reconhecer	4.682,73	2.859,80
Total	4.682,73	2.859,80

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	885,82	1.339,90
Depósitos à ordem	69.456,15	135.753,90
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	70.341,97	137.093,80

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.112,78	0,00	0,00	1.112,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	93.537,08	0,00	93.537,08	0,00
Resultados transitados	-123.829,92	93.537,08	82.901,33	-113.194,17
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-29.180,06	93.537,08	176.438,41	-112.081,39

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	18.411,68	26.925,58
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	18.411,68	26.925,58

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas colectivas (IRC)	25,17	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.154,89	1.604,93
Outros Impostos e Taxas		
Total	3.180,06	1.604,93
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	663,00	869,98
Segurança Social	3.672,97	71.277,62
Outros Impostos e Taxas	11,57	11,57
Total	4.347,54	72.159,17

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		175,70		12.040,45
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		23.772,30		31.431,82
Outros credores		44.220,98		219.651,23
Total	0,00	68.168,98		263.123,50

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	166.614,51	173.691,03
Subsídios de outras entidades	10.662,57	9.437,40
Doações e heranças	1.580,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	178.857,08	183.128,43

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:



Descrição	2016	2015
Subcontratos	1.447,14	0,00
Serviços especializados	8.631,66	18.558,97
Materiais	7.675,77	3.588,83
Energia e fluidos	17.115,60	20.686,91
Deslocações, estadas e transportes	1.057,54	2.790,13
Serviços diversos	10.664,72	9.781,53
Total	46.592,43	55.406,37

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	16,09	8,28
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,05	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	156.466,20	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.134,38	1.886,00
Total	173.616,72	1.894,28

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	151,11	2.846,78
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	69,90
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	832,71	78,56
Total	983,83	2.995,24

12.13 Provisões

A rubrica de “Provisões” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	0,00	0,00
Garantias a Clientes	0,00	0,00
Processos Judiciais em Curso	45.000,00	45.000,00
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	0,00	0,00
Matérias Ambientais	0,00	0,00
Contratos Onerosos	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00
Provisões Específicas do Setor	0,00	0,00
Outras Provisões	0,00	0,00
Total	45.000,00	45.000,00

12.14 Resultados Financeiros



Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		16.130,19
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	0,00	16.130,19
Juros e gastos similares obtidos		
Juros obtidos	90,05	
Dividendos obtidos	10,65	
Outros Rendimentos similares		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	100,70	-16.130,19

12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção.

Belinho, 27 de março de 2017.



05

Cap. 5 – Parecer do Conselho Fiscal

